



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE PEDAGOGIA-PARFOR/CAPES/UEPB

GRACILENE PEREIRA DOS SANTOS SILVA

**UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS - EJA**

CAMPINA GRANDE - PB
2015

GRACILENE PEREIRA DOS SANTOS SILVA

**UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS - EJA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Me. Marilene Dantas Vigolvino

**CAMPINA GRANDE - PB
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586o Silva, Gracilene Pereira dos Santos
Um olhar reflexivo sobre a Educação de Jovens e Adultos -
EJA [manuscrito] / Gracilene Pereira dos Santos Silva. - 2015.
24 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Primeira
Licenciatura em Pedagogia do PARFOR) - Universidade Estadual
da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2015.

"Orientação: Profa. Ma. Marilene Dantas Vigolvino,
Secretaria de Educação à Distância".

1.Educação de Jovens e Adultos. 2.Evasão/interrupção
escolar. 3.Retorno a escola. I. Título.

21. ed. CDD 374

GRACILENE PEREIRA DOS SANTOS SILVA

UMOLHAR REFLEXIVO SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em 01/08/2015

Nota: 8,5 (oitos e meio)

BANCA EXAMINADORA

Marilene Dantas Vigolvinio

Prof. Me Marilene Dantas Vigolvinio / UEPB
Orientadora

Silvânia Karla de Farias Lima

Prof. Me. Silvânia Karla de Farias Lima/UEPB
Examinadora

Maria José Silva Oliveira

Prof. Me. Maria José Silva Oliveira/UEPB
Examinadora

Rosicleide Henrique da Silva

Prof. Me. Rosicleide Henrique da Silva
Examinadora Externa

RESUMO

PEREIRA, Gracilene Santos Silva dos. **UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. Artigo apresentado à Universidade Estadual da Paraíba/Coordenadoria Institucional de Projetos Especiais da Plataforma Freire – PARFOR - Curso de Primeira Licenciatura em Pedagogia. Campina Grande/PB. 23 p.

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma modalidade de ensino que tem amparo legal e se destina a jovens e adultos que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade certa. A ideia de trabalhar com esse tema surgiu durante o Estágio Supervisionado na área de Gestão Educacional, componente curricular exigido pelo Curso de Pedagogia. Durante essa vivência observou-se ser significativo a evasão escolar desses alunos na escola campo do estágio. Dentro deste contexto sociocultural, existem vários fatores que interferem na permanência do aluno na escola. O estudo objetivou analisar a evasão/interrupção na trajetória escolar dos alunos da educação de jovens e adultos – EJA. Para tanto, foi realizada uma análise teórica, tendo como referencial metodológico a pesquisa bibliográfica. Buscou-se, em Soares (2007), Juarez (2007, Amélia Maria, (2006), entre outros, o respaldo teórico para a construção desse artigo o que permitiu constatar-se que a evasão/interrupção tem se constituído em um desafio para a escola no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente permanência na escola.

Palavras chaves: Educação de Jovens e Adultos; Evasão/interrupção escolar; Retorno a Escola.

1 INTRODUÇÃO

Falar da Educação de Jovens e Adultos – EJA no Brasil é pensá-la a partir da Educação Nacional que teve seu início com a colonização do Brasil pelos jesuítas, mesmo que a intenção estivesse voltada para os interesses da Igreja Católica em catequizar os primeiros habitantes do país. Com as reformas políticas e institucionais que ocorreram na sociedade a EJA foi se mantendo em meio aos desinteresses da sociedade dominante.

Apesar disso começam a surgir no cenário educacional propostas voltadas para a humanização das pessoas que não buscava tão somente atender aos interesses governamentais. Mas a EJA começou a ter visibilidade, a ganhar maior espaço, a partir da deflagração dos movimentos sociais, no qual o mais conhecido foi o de Paulo Freire, que neste momento se configurou como um objeto de política

educacional. Porém, os movimentos de EJA sempre tiveram um viés compensatório, como forma de resgate da cidadania e resposta aos indicadores estatísticos oficiais que apresentam dados desfavoráveis à imagem do país no contexto internacional contendo altos índices de analfabetismo, bolsões de pobreza e contingentes de jovens e adultos excluídos e marginalizados.

Contudo, atualmente a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da educação básica que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN n. 9.394/96, em seu art. 37 destina-se “aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade apropriada”.

Porém, se por um lado houve conquistas na EJA, por outro, ainda hoje ela enfrenta desafios com relação à permanência dos jovens e adultos nesta modalidade de ensino pelos mais variados motivos, os quais têm levado muitos deles a saírem da escola, ou melhor, a interromperem seu processo de escolarização.

O presente artigo que pretende refletir acerca da evasão/interrupção dos alunos da EJA esteve ancorado na análise teórica, tendo como referencial metodológico a pesquisa bibliográfica. Buscou-se, em Soares (2007), Juarez (2007, Amélia Maria, (2006), entre outros, e está assim estruturado. Em um primeiro momento, foi feita uma panorâmica histórica da EJA, em segundo, a análise teórica e por fim a literatura consultada nos permitiu perceber que a evasão/interrupção dos alunos da EJA ainda hoje se constitui na grande tarefa de educadores e gestores da rede de ensino municipal e estadual.

2 UMA VISÃO PANORÂMICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .

2.1 UM RESGATE HISTÓRICO

O desenvolvimento da alfabetização de adultos no Brasil segundo Lopes e Selva (2004, p.2) “acompanha a história da educação como um todo e teve início com o trabalho de catequização e ensino das primeiras letras, realizado pelos jesuítas, durante o Brasil colônia”. É importante ressaltar que se fala pela primeira

vez na obrigatoriedade do Estado com a Educação de adultos na Constituição de 1934 que recomenda a criação de um Plano Nacional de Educação, no qual deveria incluir em suas normas a oferta do ensino primário integral e frequência obrigatória, extensiva para os adultos.

Mas, so como consequência do crescimento urbano e o avanço econômico ocorrido com mais intensidade entre 1940 e 1970 que passa a exigir mão de obra cada vez mais qualificada e alfabetizada é que varias medidas de natureza política e pedagógica foram sendo adotadas para a educação de jovens e adultos. Nesse sentido na década de 40 surgem varias ações com destaque para a criação e regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário – FINEPE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa – INEP e a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos- CEAA, criada em 1947, além das primeiras medidas voltadas para o ensino supletivo. Com relação à CEAA esta ultima não pretendia apenas alfabetizar, mas destinava-se também a capacitação profissional, atendendo a população residente no meio urbano e rural.

Na década de 50, no que diz respeito à educação de adultos tem-se outras ações educativas como a Campanha Nacional de Educação Rural - CNER (1952-56) vinculada a Campanha de Educação de adolescentes e Adultos – CEAA. A CNER que tinha como finalidade, entre outras, o desenvolvimento rural foi caracterizada como promotora de tal desenvolvimento. Os organizadores da referida campanha chegaram a conclusão que a mera alfabetização não era suficiente, por isso era necessário priorizar a educação de crianças e jovens, entendendo que para os quais a educação poderia provocar mudanças nas condições de vida dessas pessoas. Assim é que em 1963 esta e as demais campanhas existentes no país foram extintas. Ainda na década de 50, precisamente em 1958 foi realizado o segundo Congresso Nacional de Adultos cujo objetivo era o de analisar as ações até então realizadas na educação de adultos e com base no resultado propor novas soluções. Constatou-se a precariedade dos prédios escolares, à qualificação dos professores além do material didático ser inadequado a essa pratica docente.

Nos anos 60 observa-se um fortalecimento na alfabetização de adultos, devido o envolvimento do Estado com a Igreja católica. Porém, com o golpe militar a educação de adultos foi silenciada, permanecendo por duas décadas, sobretudo na pesquisa educacional. Apesar disso as ideias de Paulo Freire e suas propostas para a alfabetização fundamentaram os programas de alfabetização do país. Nessa

perspectiva é que em 1964 é aprovado o Plano Nacional de Alfabetização – PNA, cujo propósito era o de disseminar por todo território brasileiro programas de alfabetização ancorado nos princípios pedagógicos do educador Paulo Freire. Este teve vida curta, pois logo foi interrompido com o Golpe Militar.

A partir de então os programas de alfabetização ficam sob as rédeas do governo, que lhe imprime um caráter assistencialista e conservador. Nesse sentido em 1967 traz para o cenário educacional de adulto o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o famigerado MOBRAL por intermédio da Lei Federal n. 5. 379 de 15 de dezembro de 1967.

Assim é que 1969 pode ser considerado o ano da Campanha Massiva de Alfabetização. Razão pela na década de 70 o MOBRAL se expandiu desenfreadamente por todo território brasileiro, uma vez que tinha como propósito a alfabetização funcional dos adultos, ou seja, preconizava-se que seria necessário que os alfabetizados apenas dominassem as técnicas de leitura, escrita e cálculo, alegando que isso era suficiente para integrá-los a comunidade e conseqüentemente melhorar suas condições de vida. Ainda nessa década surgem varias iniciativas derivadas do MOBRAL, sendo o mais importante o Programa de Educação Integrada – PEI, que nada mais era do que uma forma condensada do antigo curso primário, proposto pela Lei Federal n. 5.692/71.

Mas na década de 80, ou melhor, em 1985 o MOBRAL foi extinto, sendo substituído pela Fundação Educar, a qual apoiava financeira e tecnicamente as ações educativas destinadas à alfabetização de adultos advindas do governo federal como também das entidades civis organizadas e as empresas.

O ano de 1988 é considerado um ano marcante para a EJA uma vez que com a promulgação da Constituição Federal o ensino fundamental gratuito e obrigatório passou a ser um direito constitucional também para aqueles que não tiveram acesso à referida modalidade de ensino na idade apropriada.

Em nome do enxugamento da maquina administrativa em 1990 a Educação Educar foi extinta e em função disso a EJA cai num grande vazio, já que estava perdendo espaço na esfera governamental. Por isso é que chega na década de 90 exigindo reformulações pedagógicas.

Contudo, segundo DI Pierro e outros (2003) algumas ações educativas governamentais destinadas a EJA de caráter compensatório podem ser elencadas: a

Alfabetização Solidária- PAS, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR.

Ainda na década de 90 na Tailândia/Jomtiem se realiza a Conferencia Mundial de Educação para Todos, na qual fica estabelecido as diretrizes da educação planetária não so para crianças, mas também para jovens e adultos.

Um fato também marcante na historia da EJA, foi, sem duvida, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN, lei n. 9.394/96, onde no Capitulo da Educação Básica, em seus artigos 37 e 38 reafirma a obrigatoriedade e a gratuidade da educação também para aqueles que não puderam frequentar a escola na idade apropriada. Outro marco importante para EJA ocorreu com a realização em 1997, na Alemanha, da V Conferencia Internacional de Educação de Jovens e Adultos, sob o auspicio da Organização das Nações Unidas, para a Educação, Ciência e Tecnologia- UNESCO, devido ter apresentado a diretriz e a vinculação da educação de adultos ao desenvolvimento sustentável e equitativo da humanidade.

É importante registrar que ainda na década de 90 foi realizado o I Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA. no Rio de Janeiro no dia 10 de janeiro de 1999, tendo como tema central “Em busca de uma política integrada de educação de jovens e adultos”.

A década de 2000 se inicia, e chega aos dias atuais, com avanços significativos na esfera da legislação e das concepções que fundamentam as práticas políticas educacionais no campo da EJA.

No campo da legislação pode-se destacar, entre outros, o Parecer CEB/CNE n. 01, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos de acordo com a LDBEN/96 e a Resolução do CEB/CNE, n. 11 homologado pelo MEC em 07 de junho de 2000. O referido Parecer em seu artigo 1º ressalta a obrigatoriedade da EJA nos termos que se seguem:

(...) na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade de educação.

Merece destaque também a instituição por meio da Lei n.10.172 de 09 de janeiro 2001 o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência até 2010. Segundo Silva (2009, p, 12) "o plano aprovado por lei deixa de ser uma mera carta de intenções para ser um rol de obrigações, passando a ser imperativo para o setor público". Contudo, nos dois primeiros anos de vigência do PNE constata-se que na esfera federal a principal ação pedagógica para enfrentar o analfabetismo era o Programa Alfabetização Solidária – PAS.

Pode ser registrado ainda nessa década a criação pelo MEC pela Portaria n. 2.270 do Exame Nacional de Certificação de Competência da Educação de Jovens e Adultos- ENSEJA, a qual se constitui em um instrumento de avaliação das competências e habilidades de jovens e adultos que não puderam concluir a escolarização na idade apropriada e a aprovação também do Parecer CNE/CEB nº 41/2002, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Básica na etapa do Ensino Médio

A EJA passou a ter mais visibilidade e prioridade para o governo federal a partir de 2003 quando o MEC cria a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo - SECAD. Para viabilizar tal intento lançou Programa Brasil Alfabetizado – PBA, que deverá repassar os recursos para órgãos públicos estaduais, municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos para desenvolverem ações destinadas a alfabetização de jovens e adultos

No campo político pedagógico podemos inicialmente destacar, por sua mensurável contribuição na política da EJA, as Conferências Internacionais de Educação de Jovens – CONFINTEA, que se constituem em encontros intergovernamentais que se propõem conduzir a política pública para a educação de adultos no mundo através de Declarações. Tais encontros acontecem geralmente no espaço de 10 anos e são sediadas em diferentes países sob a égide da UNESCO. A seguir apresentaremos um quadro síntese das Conferências realizadas ao longo dos anos.

2.2 A CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS NAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

DATAS	CONCEITOS E DEFINIÇÕES
1949	I Conferência Internacional realizada na Dinamarca (1949). Resgate aos direitos humanos e a construção de uma sociedade mais fraterna. - Educação paralela à educação escolar;
1963	II Conferência Internacional realizada em Montreal (1963). Educação de Adultos em dois focos distintos: educação como continuação da educação formal, passa a ser permanente; educação de base ou comunitária;
1972	III Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, realizada em Tóquio (1972), entendida como suplência da educação fundamental, como forma de reintroduzir o jovem no sistema formal de educação.
1985	IV Conferência (1985) em Paris. Educação de Adultos é caracterizada pela pluralidade de conceitos, entre eles alfabetização de adultos, pós alfabetização e outros. “Aprender é a chave do mundo”
1997	V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos em Hamburgo (1997) a educação é considerada uma chave para o século XXI: “Aprender é a chave do mundo”
2009	VI Conferência Internacional sobre Educação de Adultos realizada no Brasil. Conclama os países para avançarem com urgência com a agência da educação e aprendizagem de adultos.

Merece também registro os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos, os quais socializam dificuldades e têm construído táticas de mobilização no enfrentamento dessas dificuldades, ensejando novas formas de ação, que se materializam em proposições de políticas públicas, em nível local, na articulação com estados e municípios.

É importante relatar que o surgimento e consolidação dos Fóruns no país se efetivaram a partir de 1996, o qual foi considerado o ano preparatório para a V Conferência Internacional de Educação de Adultos - V CONFINTEA¹,

¹ A V CONFINTEA ocorreu de 14 a 18 de julho de 1997 na cidade de Hamburgo-Alemanha.

fortalecido pela realização dos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos – os ENEJA's –, a partir de 1999. Esses encontros preparativos realizados por alguns Estados da Federação resultaram na elaboração de um documento contendo os compromissos e as propostas de ação acordados entre a sociedade civil organizada e o poder público governamental representado pelo MEC. Nestes encontros discutia-se e aprofundava-se a realidade educacional da EJA no país.

Segundo o Relatório-Síntese (II ENEJA, 2000) dentre os objetivos dos Fóruns de EJA constam: ser reconhecido como interlocutores; dialogar com a diversidade de atores e representar instrumentos de pressão política, tendo como meta central garantir o “Direito à educação para Todos”, em todas as instâncias da sociedade, com a participação dela, em conjunto com o poder governamental. Citando mais uma vez o Relatório-síntese do IV ENEJA (2002, p. 01) que a esse respeito assim se expressa: “A responsabilidade pela EJA continua envolvendo negociações complexas no regime de colaboração com ênfase em parcerias entre governos e sociedade civil.”.

O estado do Rio de Janeiro soube aproveitar bem a efervescência do calor da mobilização vivenciado nos estados brasileiros para a V CONFINTEA. Nesse sentido, podemos dizer que o Rio de Janeiro, pioneiramente consolida a experiência, criando o Fórum de Educação do seu estado. Essa iniciativa carioca incentivou outros estados da federação, a exemplo da Paraíba, a criarem seus Fóruns de EJA, principalmente após a realização do I Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (I ENEJA/Rio/1999).

Assim, os Fóruns Estaduais de EJA, que com motivações diferentes na origem e no percurso de cada movimento local tiveram um crescimento expressivo no país e se caracteriza hoje como um movimento social devido a sua forma diversificada de organização e a capacidade de mobilização com que tem se instalado Brasil a fora, registrando-se atualmente vinte e seis Fóruns Estaduais e um fórum distrital de EJA

Não poderia ficar sem registro ainda no campo político pedagógico os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA's, é um espaço por excelência para “criar instrumentos de pressão política, que influenciem nas políticas

publicas da educação de jovens e adultos nos âmbitos municipal, estadual e federal”(ENEJA II, 2000, p. 03).

No quadro abaixo elencaremos os ENEJA’S realizados de 1999 a 2015 em vários estados brasileiro, totalizando catorze encontros.

Data	Local	Denominação	Tema
08 a 10/09/1999	Rio de Janeiro	I ENEJA	Em busca de uma política integrada de educação de jovens e adultos: articulando atores e definindo responsabilidades
07 a 09/09/ 2000	Campina Grande/PB	II ENEJA	Ampliação e melhoria da qualidade da educação de pessoas jovens e adultas no Brasil.
05 a 06/09/ 2001	São Paulo	III ENEJA	“Plano Nacional de Educação: a quem cabe cumprir?”
21 a 24/08/2002	Belo Horizonte/MG	IV ENEJA	EJA em “Cenários em mudança”
03 a 05/09/2003	Cuiabá/MT	V ENEJA	Educação de Jovens e Adultos: comprometimento e continuidade
08 a 11/09/ 2004	Porto Alegre/RS	VI ENEJA	Políticas públicas atuais para a educação de jovens e adultos: financiamento, alfabetização e

			continuidade
31/08 a 03/09 2005	Luziânia/GO	VII ENEJA	Diversidade na EJA: papel do Estado e dos movimentos sociais nas Políticas Públicas
30/08a 02/de 2006	Recife/PE	VII ENEJA	Educação de Jovens e Adultos - Política Pública de Estado: avaliação e perspectiva está sendo gestado com a participação de representantes de Fóruns estaduais e regionais, Universidades, Secretarias de Educação, Instituições Públicas e Privadas e Organizações Não-governamentais.
18 a 22/09/ 2007	Faxinal do Céu/PR	IX ENEJA	A atualidade do pensamento de Paulo Freire e as políticas de EJA
27 a 30/08/2008	Rio das Ostras/RJ	X ENEJA	História e memória dos Encontros Nacionais dos Fóruns de EJA no Brasil: dez anos de luta pelo direito à educação de qualidade social para todos.
17 a 20/09/2009	Belém/PA	XIENEJA	<i>Identities dos Fóruns de EJA: conquistas, desafios e estratégias de lutas</i>
			A educação de jovens e adultos pós CONFINTEA VI: avanços, desafios e

20 a 23/09/ 2011	Salvador/BA	XII ENEJA	estratégias de lutas, no momento da instituição do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2011 a 2012
10 a 13/09/2013	Natal/RN	XIII ENEJA	<i>Políticas Públicas em EJA: conquistas, comprometimentos e esquecimentos.</i>
18 a 21/09/ 2015	Goiânia/Goiás	XIV ENEJA	Concepções de educação popular e suas interconexões com a EJA

Fonte: forumeja.org.br/node/48

Estes encontros, de modo geral, se desenvolvem além da solenidade de abertura, com atividades culturais, conferência, painel, exposição de material, mesas temáticas, socialização dos saberes, grupos de trabalho e plenária final.

2.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA HISTÓRIA DE COMPLEXIDADE E DE OBSTÁCULOS.

A evasão e exclusão escolar é um problema endêmico e antigo do Brasil e atinge principalmente crianças e adolescentes de classes menos favorecidas economicamente, que forçosamente abandonaram a escola na idade certa e a ela voltar tardiamente. Esse contingente populacional constitui potencialmente a demanda escolar da Educação de Jovens e Adultos–EJA como analisa Soares (2007, p. 23):

A EJA continua sendo vista como uma política de continuidade na escolarização. Nessa perspectiva, os jovens e adultos continuam vistos na ótica das carências escolares: não tiveram acesso, na infância e na adolescência, ao ensino fundamental, ou dele foram

excluídos ou deles se evadiram; logo, propiciemos uma segunda oportunidade.

É inaceitável esse tratamento discriminado principalmente por se tratar de jovens ou adultos trabalhadores, alguns inseridos no mercado de trabalho, outros esperando nele ingressar; que não visam exclusivamente à certificação para manter sua situação profissional, mas aspiram chegar ao Ensino Médio ou à Universidade para ascender social ou profissional, e que precisaram/precisam romper barreiras preconceituosas, tipo segunda oportunidade, as quais, via de regra, são vencidas simplesmente por eles estarem imbuídos pelo grande desejo de aprender. Além disso, como acrescenta Dayrell (2007) esses jovens e adultos tem experiências diferentes no âmbito escolar, alguns deles foram excluídos da escola nas mais variadas etapas, a maioria antes de concluir os anos iniciais do ensino fundamental, sempre com uma trajetória marcada por repetência, evasões esporádicas e retornos, até a exclusão. Por tudo isso a escola lhes parece uma instituição distante e pouco significativa

Soares (2007) e Dayrell (2007) trazem dados significativos que nos ajudam a traçar o perfil desses jovens e adultos e a compreender porque tiveram sua escolarização interrompida na infância e adolescência, mas procuraram/procuram a escola para continuar seu processo de escolarização, muitos deles pela necessidade de saberes, sobrevivência e empregabilidade. Considerando sua história de vida é evidente que quando voltam à escola trazem consigo um acúmulo de informação como também algumas dificuldades da educação básica que poderão influenciar em seu processo de aprendizagem, mas os professores precisam conhecer essas necessidades. Segundo ainda Soares (2007, p.20) para [...] “chegar às necessidades, tem que conhecer a realidade. A partir desse conhecimento da realidade, podem especificar melhor o que são as necessidades, as exigências, as expectativas.” e Dayrell vai mais além ressaltando que:

Esses jovens-adultos protagonizam a trajetória de humanização. Consequentemente, devemos vê-los não apenas pela carência social, nem sequer pelas carências de um percurso escolar bem-sucedido. Uma característica do olhar da historiografia e sociologia é mostrar-nos como os jovens se revelam protagonistas nas sociedades modernas, nos movimentos sociais do campo ou das cidades. Se revelam protagonista pela sua presença positiva em áreas como a cultura, pela pressão por outra sociedade e outro projeto de campo, pela luta por seus direitos... Trata-se de captar

que, nessa negatividade e positividade de suas trajetórias humanas, passam por vivências de jovens-adultos onde fazem percursos de socialização e sociabilidade, de interrogação e busca de saberes, de tentativas de escolhas e formação de valores. As trajetórias sociais e escolares truncadas não significam sua paralisação nos tensos processos de sua formação mental, ética, identitária, cultural, social e política. Quando voltam à escola, carregam esse acúmulo de formação e de aprendizagem (Dayrell, 2007, p. 25):

Corroborando com essa idéia de conhecer a realidade e necessidade dos alunos da EJA, Ribeiro (1997, citado por LEÔNCIO, 2013, p 23-24) assim se expressa:

As necessidades de aprendizagem não estão desvinculadas das necessidades básicas da população, como a sobrevivência e as condições de vida. Assim, a principal pergunta da EJA não deve ser sobre as necessidades básicas de aprendizagem, e sim sobre as necessidades básicas em geral, e dos jovens e adultos em situação de pobreza em particular. A EJA deve perguntar primeiro que realidade há de transformar, e depois o que pode fazer a educação para que essa transformação seja de melhor qualidade. Ter consciência dessa distinção é importante para possibilitar a melhoria das condições de vida em geral, para que essas exerçam influência no desenvolvimento da aprendizagem dos jovens e adultos em situação de exclusão.

Concordamos com os autores os educadores precisam ter como ponto de partida na formação dos alunos da EJA o conhecimento de sua realidade e a trajetória no âmbito escolar e social, considerando que tiveram sua escolarização interrompida e voltam com desejo e expectativas de recuperar o tempo fora da escola, principalmente aqueles que precisaram e precisam trabalhar para garantir a sobrevivência no mundo atual, onde a exclusão, a desigualdade social e cultural é cada vez mais visível e perversa. Então como reforça Leôncio (2007, p. 350):

[...] os saberes, conhecimentos, interrogações e significados que aprenderam em suas trajetórias de vida será um ponto de partida para uma pedagogia que se pautar pelo diálogo entre os saberes escolares e saberes sociais” uma vez que a “[...] história da EJA se debateu sempre com essas delicadas relações e diálogos entre reconhecer o saber popular como parte do saber socialmente produzido e a garantia do direito ao conhecimento.

Sendo assim podemos afirmar que suas temporalidades, trajetórias, experiências e aprendizagens são diferentes umas das outras. Nesse sentido a educação poderá se constituir em uma estratégia para ajudá-los a solucionar parte dos seus problemas, tendo em vista a possibilidade de transformar os sujeitos, conduzindo-os para além de onde estão e tornar possível o reconhecimento da igualdade na diversidade cultural, social econômica. Uma dimensão dos saberes prévio dos alunos, o que cada um traz de experiências, suas representações de escola, aula, professor e aprendizagem se constituem como enfatiza Dayrell (2007, p. 17):

Em um verdadeiro embate em que o professor tem a árdua tarefa de, ao mesmo tempo, consolidar a valorização da cultura do aluno, de saberes vividos, da troca de experiências e escuta do colega e evitar que o distanciamento entre as concepções do aluno e a escola real que ele encontra o afaste novamente.

Por isso Giovanete (2005, p.19) alerta para a necessidade,

[...] não só de garantir a jovens e adultos, pouco ou não escolarizados, a oferta de oportunidades educacionais adequadas às suas necessidades, expectativas e especificidades, como também a importância de que tais oportunidades venham acompanhadas de uma política positivista consistente de discriminação, pois a oferta de oportunidades educacionais por si só podem não ser suficientes para garantir êxito aos alunos, entendido como permanência e conclusão do nível de ensino ofertado.

Para tanto, embora já tenha sido enfatizado anteriormente, não é demais relembrar que as escolas brasileiras para jovens e adultos recebem alunos e alunas com traços de vida, origens, idades, vivências profissionais, histórias escolares, ritmos de aprendizagem e estruturas de pensamentos completamente variados. A cada realidade corresponde um tipo de aluno e não poderia ser de outra forma, são pessoas que vivem no mundo adulto do trabalho, com responsabilidades sociais e familiares, com valores éticos e morais formados a partir da experiência, do ambiente e da realidade cultural em que estão inseridos. Esta diversidade acaba se misturando no contexto escolar e os educadores precisam saber lidar com todas essas particularidades, tendo por base, as histórias oriundas da vida de cada um,

com o valor que elas terão para educação desses jovens e adultos, como bem coloca Arroyo (2007,p. 31):

Podemos aproximar com outro olhar viver uma riqueza nesse caráter aberto e nessa diversidade de atores e intervenções. De fato a abertura da diversidade tem sido um traço da história da EJA. Diversidade de educandos: adolescentes, jovens, adultos em varias idades; diversidades de níveis de educação, trajetórias escolares e, sobretudo de trajetórias humanas; diversidade de agentes e instituições que atuem na EJA; diversidades de métodos e didáticas e propostas educativas, diversidades de organização de trabalho, dos tempos e espaços, diversidades de intenções políticas, sociais e pedagógicas. Essa diversidade de trato da educação de jovens e adultos podem ser vista como herança negativa. Porem pode ser também como riqueza.

Podemos abstrair dessa citação que eles trazem consigo uma noção de mundo vinculada mais ao **ver** e ao **fazer**; uma visão de mundo ancorada numa adesão espontânea e imediata às coisas que ver. Ao escolher a volta à escola, uma interrogação passa a acompanhar o **ver** desse aluno, deixando-o preparado para **olhar**. Olhar receptivo, sensível, e por outro olhar ativo: olhar curioso, explorador, olhar que investiga e olhar que pensa. Assim a educação de jovens e adultos deve priorizar duas questões fundamentais: a primeira, que a experiência escolar esta inserida em um processo contínuo, cujo início ocorreu bem antes de sua entrada na instituição; e a segunda se refere a condução do processo educacional que a escola deve assumir de tal modo que venha auxiliar na socialização do educando. Dito de outra forma, a EJA deve estar a favor da formação desses alunos, oferecendo-lhes oportunidade e principalmente as condições materiais e intelectuais que possibilitem as diversas aprendizagens durante o processo educacional.

A educação é o maior e melhor instrumento gestor de mudança, através dela o homem consegue compreender melhor a si mesmo e ao mundo em que vive, dessa forma, a própria educação deve ser a primeira a aceitar e a acompanhar o desenvolvimento e suas especificidades, ou seja, renovar e promover a interação com o novo. Lembrando Freire(1987, p.68). [...] “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Ao fazer esta afirmativa, Freire parte do pressuposto filosófico interacionista que expressa o conhecimento enquanto construção realizada por sujeitos consciente na sua atuação sobre o mundo. Assim sendo, compreende que a prática escolar

deve ir para além da educação bancária, ou seja, daquela em que o saber é depositado pelo professor (o detentor do saber) em “cabeças vazias”, de educandos que nada sabem sobre o que é exposto pelo professor.

Para isto teremos uma educação mais significativa que possibilite aos homens a construção de uma consciência crítica e reflexiva. Esta, por sua vez, só se construirá no espaço-tempo de interações contínuas, estabelecidas de forma dialógica, com os diversos objetos de conhecimentos, o que, conseqüentemente, permitirá aos educandos e educadores a construção de um saber de classe e, portanto, a evolução no processo de humanização. O homem é um ser de necessidades, mas, ele só dá conta destas, na medida em que interage com o meio e é esta interação que o levará ao desenvolvimento cognitivo. Desta forma, a educação não se dá quando um silêncio detém um saber e tenta transferi-lo para o outro como se este fosse um mero receptáculo de conteúdos descontextualizados de sua vida cotidiana. Em contrapartida, a sala de aula deve ser o espaço onde professores e alunos sintam-se sujeitos e objeto no processo de ensino e aprendizagem, onde a troca de saberes lhes possibilita refletir sobre o “eu no mundo e o mundo em mim”.

A ideia de Paulo Freire era que a escola tinha que ensinar o aluno a “ler o mundo”, pois somente sabendo da realidade do mundo e da cultura em que vive é possível ir atrás e obter transformações como nos lembra Aranha (1996, p.209) acerca das ideias de Freire:

Ao longo das mais diversas experiências de Paulo Freire pelo mundo, o resultado sempre foi gratificante e muitas vezes comovente. O homem iletrado chega humilde e culpado, mas aos poucos descobre com orgulho que também é um “fazedor de cultura” e, mais ainda, que a condição de inferioridade não se deve a uma incompetência sua, mas resulta de lhe ter sido roubada a humanidade. O método Paulo Freire pretende superar a dicotomia entre teoria prática: no processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, daqueles que até então detêm seu monopólio. Alfabetizar é, em última instância, ensinar o uso da palavra.

Desse modo a educação deixou de ser um ensino voltado para o tradicionalismo, fazendo com que os educadores buscassem novas propostas de ensino, com o intuito de colaborar e propiciar o crescimento do aluno para um ensino mais qualificado que proporcione um futuro melhor para o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se assim que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil ao longo dos anos tem enfrentado muitos obstáculos de cunho social, político, econômico e cultural para que o processo de ensino e aprendizagem de milhares de brasileiros pudesse concretizar-se. Nesse sentido os alunos da EJA tiveram que passar por cima de vários preconceitos para alcançar pessoas interessadas em dar um novo rumo a sua trajetória escolarizar, certamente por tratar-se de pessoas de classe desfavorecida, considerada sem qualquer requisito que pudesse as apresentar como inclusas na sociedade.

Porém, na década de 60, o estudioso Paulo Freire, ao apresentar uma nova concepção de educação, através da instauração do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), sistema este que se estendeu por todo o país, traz para o centro do debate e da prática da EJA uma educação numa perspectiva libertadora que tem como princípio a construção do conhecimento com base no mundo social e cultural dos alunos, cujo resultado tem sido a formação de cidadãos críticos e reflexivos de jovens e adultos.

Acrescente a esse fato os avanços da EJA com a Nova Constituição de 1988, que passou a garantir o ensino fundamental, obrigatório e gratuito para aqueles que não tiveram acesso à escola na idade apropriada, fortalecida pela aprovação da LDBEN, n. 9.394/96 que, trata da educação de jovens e adultos no Título V, capítulo II, trata da educação de jovens e adultos como modalidade da educação básica, indo além da dimensão de ensino supletivo, ao regulamentar sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental. .

Mas, mesmo com todos estes avanços, a Educação de Jovens e Adultos passa até hoje por dificuldades no que se refere, não só a inserção, mas sim, na permanência destes educandos no processo de ensino e aprendizado, pois, os mesmos apresentam realidades de vidas bem complexas, tendo muitas dificuldades econômicas e sociais, acometidas pelo desemprego, doenças, trabalho árduo, cansaço, desmotivação em relação ao ensino oferecido e outros.

Em suma, a literatura consultada nos permite enxergar que a Educação de Jovens e Adultos precisa de pessoas compromissadas com a Educação Nacional, imbuídas no objetivo de resgatar no educando a autoestima, motivação, confiança

de que é capaz, para que assim, o processo de ensino e aprendizado na EJA seja significativo, qualitativo e construtivo tanto no plano pessoal como profissional e humanitário.

ABSTRACT

The Youth and Adult Education - EJA is a type of education that has legal support and is intended for young people and adults who did not have access, for some reason, the regular education at the right age. The idea of working with this topic arose during the Supervised Internship in Educational Management area, curricular component required by Education Course. During this experiences it was observed to be significant truancy these students in school stage field. Within this sociocultural context, there are several factors that interfere with students remaining in school. The study aimed to analyze the avoidance / interruption in the school life of students in adult education - EJA. Therefore, a theoretical analysis was made as a methodological reference to literature. Was sought in Smith (2007), Juarez (2007, Amelia Mary (2006), among others, the theoretical support for the construction of this article which allowed it appears that the evasion / interruption has constituted a challenge for the school with regard to teaching and student learning process and consequently their stay at school.

Key words: Youth and Adult Education; Avoidance / school break; Return to School.

REFERENCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. História da Educação. 2.ed. Ver. e atual – São Paulo: Moderna, 1996.

ARROYO, Miguel. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens e adultos populares? In: REVEJ@- Revista de Educação de Jovens e Adultos, v. 1, nº 0, p.08-108, Agosto/ 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. 5 de outubro 1988

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº. 11/2001 e Resolução CNE/CEB nº. 1/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, maio 2000.

_____. Congresso Nacional. Decreto nº 5.154. 23 de julho 2004.

_____. Congresso Nacional. Decreto nº 5.478. 24 de junho 2004.

_____. Congresso Nacional. Lei Federal nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, São Paulo. n. 24, p. 1-14. 2003.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, 2001, p. 58-77. Disponível em:

<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/parte1.pdf> Acesso em 12 de junho de 2007.

DUARTE, Cláudia Costa. O movimento dos fóruns de EJA: história de construção coletiva da política pública de EJA. In: Anais...I Congresso Internacional Cátedra da UNESCO da Educação de Jovens e Adultos, 2013. Disponível em: <https://eheco2015.files.wordpress.com/.../a-criac3a7c3a3o-do-fc3b3rum-..> Acesso em: 10/05/2015.

ENCONTRO Nacional de Educação de Jovens e Adultos, I, 1999, Rio de Janeiro. Relatório-síntese. Rio de Janeiro: [s.n.], 1999. Digitado.

_____, II, 2000, Campina Grande. Relatório-síntese. Campina Grande: Grupo Articulador, 2000. Digitado.

_____, V, 2003, Cuiabá. ANAIS do ENEJA, Mato Grosso: Didática Suplegraf, 2004.

FORUMEJA.ORG.BR/NODE/48- Portal dos Fóruns de EJA/ [Histórico dos fóruns de EJA e dos ENCONTROS NACIONAIS DE EJA /ENEJA](http://Historico%20dos%20f%C3%B3runs%20de%20EJA%20e%20dos%20ENCONTROS%20NACIONAIS%20DE%20EJA%20/ENEJA). Disponível em: www.observatoriodaeducacao.org.br/ebulicao/ebul15/fai_verde_02.html. Acesso em 10 de outubro de 2015.

GIOVANETE, M. Amélia. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. IN: In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Org.). Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LOPESLuzia Silva Sousa, SELVA, Paraguassu. *Revista Brasileira de Educação* nº. 26, p. 157-169. Programa Brasil Alfabetizado. Disponível em: <http://mec.gov.br/alfabetiza/default.htm>. Acesso em: 21 ago. 2004.

MEDEIROS, Maria do Socorro de Araújo. A Formação de Professores para a Educação de Adultos no Brasil: da história à ação. Palma de Maiorca: Tese de Doutorado pela Universitat de les Illes Balears, 1999.

PAIVA, Jane. Educação de jovens e adultos: direitos, concepções e sentidos / Jane Paiva. - 2005. 480f PAIVA, Jane, MACHADO, Maria M, IRELAND, Timothy (orgs) Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, (1996-2004). Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2007.

REZENDE, Maria Aparecida. Os saberes dos professores da Educação de Jovens e Adultos: o percurso de uma professora./ Maria Aparecida Rezende. – Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. 150p

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coord.). Educação de Jovens e Adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental. São Paulo: Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa, Informação; Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1997. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf> Acesso em 08 de agosto de 2007.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs). Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOARES, Leôncio (orgs.). Diálogo na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autentica, 2006,

SILVA, José Afonso da. Comentário contextual à Constituição. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.